

Inscrições para o Seminário Gestão Participativa Metas Nacionais encerram dia 15 de agosto. Participe!

Publicado em 12/08/2022



A Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) realiza, na próxima terça-feira (16), em parceria com a Coordenadoria de Governança e Gestão de Dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco, o seminário “Gestão Participativa Metas Nacionais” em ensino remoto síncrono, no horário das 14h às 18h, portanto com carga horária de 4 horas-aula, para magistrados e servidores. Terá como facilitadores a juíza Raquel Barofaldi Bueno e o juiz Rafael Souza Cardozo. Atendendo a solicitações, as inscrições que terminariam no dia 11 de agosto foram prorrogadas até o dia 15. As inscrições devem ser feitas no link:

<https://www.tjpe.jus.br/web/escolajudicial/inscricoes>

Entre objetivos do seminário, sugerir contribuições para as metas de 2023-2 e aprofundar o conhecimento sobre as metas péticas e as metas específicas do Conselho Nacional de Justiça. Também, habilitar as Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) e classes processuais abrangidas pelas metas.

Sobre o seminário, o juiz Élio Braz, titular da Coordenadoria de Governança e Gestão de Dados do Tribunal de Justiça de Pernambuco, faz a seguinte consideração: “É uma oportunidade rara para magistrados e magistradas, servidores e servidoras, tomarem conhecimento de como funcionam as metas e de como podemos interferir nas metas para o ano seguinte. Teremos a oportunidade Raquel Bueno Barofaldi e Rafael Cardozo, os maiores experts do País em metas nacionais. Uma oportunidade rara que todos devem aproveitar. Eu mesmo que conheço as metas, que sou da Governança, estou inscrito e vou fazer este seminário com muito prazer. Com o maior empenho, convido todos a participar!”.

O seminário será desenvolvido de forma participativa, onde poderá ocorrer a interação dos participantes com perguntas e colocações com a ativação do microfone e da câmera ou chat. No conteúdo programático, Metas Nacionais do CNJ; o glossário das metas 2022; critérios de aferição, classes processuais abrangidas por metas; as metas péticas e as metas específicas do CNJ e sugestões e aprimoramento para as metas nacionais de 2023.

O evento pedagógico atende à Portaria 170/2022 do CNJ que trata do Prêmio CNJ de Qualidade, em seu art. 5º, inciso IV. O ato estabelece a Gestão Participativa na elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário pela Resolução 221/2016 CNJ.

Fonte: Comunicação da Esmape

Esta matéria foi visualizada 258 vezes